



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECÔNICAS**

HUMBERTO MAGALHÃES PAULO

**O TERRITÓRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO BODE:
ESTRATÉGIAS PARA A OVINOCAPRINOCULTURA DOS FUNDOS DE
PASTOS**

SALVADOR

2007

HUMBERTO MAGALHÃES PAULO

**O TERRITÓRIO DO MÉDIO SÃO FRANCISCO E O PROJETO BODE:
ESTRATÉGIAS PARA A OVINOCAPRINOCULTURA DOS FUNDOS DE
PASTOS**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Econômicas, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à graduação.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Gilca Garcia de Oliveira

SALVADOR

2007

Ficha catalográfica elaborada por Joana Barbosa Guedes CRB 5-707

Paulo, Humberto Magalhães

P331 O território do médio São Francisco e o projeto Bode: estratégias para ovinocaprinocultura dos fundos de pastos / Humberto Magalhães Paulo.
– Salvador, 2007.

39 p. ilustr.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA, 2007.

Orientadora: Prof^a. Gilca Garcia de Oliveira

1. Ovinocaprinocultura. 2. Médio São Francisco. 3. Território. I. Paulo, Humberto Magalhães.II. Título.

CDD – 636.31

HUMBERTO MAGALHÃES PAULO

**O TERRITÓRIO DO VELHO CHICO E O PROJETO BODE: ESTRATÉGIAS
PARA A OVINOCAPRINOCULTURA DOS FUNDOS DE PASTOS**

Aprovada em 08 de agosto de 2007.

Orientadora: _____

Prof^a. Dr^a. Gilca Garcia de Oliveira.
Faculdade de Economia da UFBA.

Dr. Hiering
Faculdade de Economia da Ufba

Dr. Henrique Tomé
Faculdade de Economia da UFBA

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer ao Princípio de Todas as coisas: a Eterna Fonte Borbulhante, berço de todos os possíveis, para além do verbo e do pensamento, cuja imagem invisível povoa um infinito em expansão. Depois, agradecer ao fruto deste Princípio, a humanidade, particularmente à minha família consangüínea, e por fim à “frátria” inteira, com destaque para as minhas e meus colegas acadêmicos, da Ufba, cujos membros, por tantas vezes exerceram para mim um papel de pai, mãe, irmão e irmã, porém, acima de tudo, de amigo que encoraja o outro a lutar, a superar-se.

Quisera eu ser digno de toda a atenção!

... Enfim...

A todos, e por tudo, os meus mais sinceros agradecimentos.

RESUMO

Um dos desafios que se coloca para o desenvolvimento rural na região semi-árida brasileira é identificar as oportunidades econômicas que se apresentam para os produtores. Nas áreas mais secas dos sertões, historicamente, a caprino-ovinocultura sempre desempenhou um papel importante na economia local e regional, e constituiu-se uma das principais atividades da agricultura familiar. No Território do Velho Chico, particularmente para as comunidades de Fundo de Pasto, o bode tem sido ao longo de várias décadas o elo entre a vida e a terra. A grande importância que ele assume para estas comunidades deve-se às condições históricas, culturais e estruturais em que elas se estabeleceram e se organizaram buscando a sobrevivência do grupo diante das adversidades sociais - a luta pelo acesso à terra -, e naturais - as condições climáticas do semi-árido nordestino. Neste contexto, o “Projeto Bode” busca dar dinamismo econômico à caprinocultura dos fundos de pastos no Território do Velho Chico procurando se adequar à política pública de desenvolvimento territorial promovida pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial/Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esta política busca o envolvimento de entidades governamentais e da sociedade civil organizada, presentes no território, pensando e propondo conjuntamente estratégias viáveis para o desenvolvimento territorial.

Palavras-chave: Território do Velho Chico, desenvolvimento territorial, fundo de pasto.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE TERRITÓRIOS	10
2.1	BREVE CONTEXTO DA ABORDAGEM TERRITORIAL.....	10
2.2	A POLÍTICA TERRITORIAL DO MDA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO.....	13
3	O TERRITÓRIO DO VELHO CHICO	18
3.1	BREVE HISTÓRICO E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL	18
4	PROJETO BODE – UMA ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DOS FUNDOS DE PASTOS.....	25
4.1	DA RESISTÊNCIA AO EMPREENDIMENTO: A INSERÇÃO DO PROJETO BODE NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	26
4.2	ESTRUTURA DO MERCADO BAIANO PARA A OVINOCAPRINCOULTURA ...	29
4.3	POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES.....	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	35
	REFERÊNCIAS	36

1 INTRODUÇÃO

A taxa de urbanização nacional vem crescendo, sendo que, os dois últimos Censos Demográficos indicam que, entre 1991 e 2000, ela saltou de 75,6% para 81,2% e um dos fatores responsáveis por este fenômeno é o êxodo rural. Para Abramovay (1999), vem ocorrendo um vazio rural que pode ser explicado pela falta de oportunidade e dinamismo econômico dos pequenos municípios cuja economia gira em torno da agricultura familiar.

Neste contexto, o governo federal adotou, em 2003, uma política de desenvolvimento rural focada na agricultura familiar e no reordenamento agrário. Sua proposta é valorizar o vínculo social dos agentes locais, suas identidades culturais e suas experiências para diagnosticar o próprio ambiente natural, social e econômico identificando suas potencialidades e suas limitações, assumindo responsabilidades quanto ao futuro do lugar, organizando-se politicamente e monitorando a gestão pública, buscando articular as ofertas de políticas públicas com as demandas da sociedade.

A este enfoque multidisciplinar e sistêmico do governo denomina-se de política de desenvolvimento territorial, contrapondo-se a outro enfoque, o setorial, voltado para um segmento específico da economia e que foi tradicionalmente executado no Brasil.

A política territorial para o desenvolvimento rural vem sendo conduzida sob a responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) órgão ligado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) que vem desenvolvendo uma metodologia específica para a sua implantação em todo o País.

No caso do estado da Bahia, houve uma divisão em 23 territórios, dentre os quais o Território do Velho Chico, onde existem diversas comunidades de fundo de pasto. Estas comunidades possuem um modo de vida peculiar, de espaço comum para a criação de bode, e neste sentido haviam se organizado e elaborado um documento estratégico, denominado de “Projeto Bode”, para promover dinamismo à caprinocultura local, geração de renda, emprego e sustentabilidade ao seu modo de vida; garantindo, assim, o acesso à terra.

O Projeto Bode é o objeto de estudo desta monografia, que busca analisá-lo à luz da concepção territorial do MDA/SDT, pontuando os fatores que o potencializam e os que o limitaram, considerando os parâmetros metodológicos da política pública em questão e o mercado de caprinos.

Neste sentido utilizar-se-a de um breve levantamento sobre o enfoque de desenvolvimento territorial, das leituras dos documentos da SDT/MDA e de entrevistas de pessoas chaves presentes na discussão territorial do território do Velho Chico.

O estudo está dividido em quatro capítulos, incluindo este introdutório. Neste sentido, no capítulo 2 são apresentadas as considerações gerais sobre território, a sua adoção na política pública brasileira, e a criação do Território do Velho Chico, sua história, geografia e estrutura sócio-econômica, enfatizando as comunidades do fundo de pastos. O Projeto Bode é apresentado no capítulo 3, demonstrando a sua trajetória desde a situação de estratégia presente no imaginário da comunidade, na década de 1970, enquanto vontade e desejo dos camponeses, até a formatação atual com a adoção da política territorial que o fundamenta e o financia, inclusive com a possível instalação de um frigorífico na cidade de Oliveira dos Brejinhos. Ainda neste capítulo, discorre-se sobre a estrutura do mercado caprino na Bahia, destino de toda a produção do frigorífico. No capítulo 4, são tecidas as considerações finais relativas às propostas do Projeto Bode ponderando a metodologia territorial e o mercado caprino baiano, a partir dos quais busca-se pontuar possíveis limitações e as potencialidades deste empreendimento.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE TERRITÓRIOS

O presente capítulo tem por finalidade tecer considerações acerca do contexto histórico geográfico em que se desenvolveu a noção institucionalista de territórios enquanto instrumental estratégico de política pública.

Pretende-se, nos tópicos seguintes deste capítulo, esclarecer e delimitar o seu conceito, especialmente, como apresentado e adotado pela SDT/MDA na elaboração de políticas públicas rurais brasileiras. Isso decorre do fato de que o termo teve o seu uso inflacionado em diversas aplicações, adquirindo vários contornos e, atualmente, vem sendo utilizado numa abordagem teórica-conceitual atendendo à demanda de um novo contexto: o fenômeno da globalização e as suas diversas redes tecnológicas ou não, o neoliberalismo econômico e, a mudança de paradigma do desenvolvimento econômico deslocando-se do enfoque setorial das grandes escalas de produção para consumo de massa, para o enfoque da produção de escopo fundamentada na diversificação de produtos (SAMPAIO, 1997).

2.1 BREVE CONTEXTO DA ABORDAGEM TERRITORIAL

No trabalho intitulado Geografia e Epistemologia (SAMPAIO, 1997, p.6.), a autora afirma que “a noção de território em Geografia foi introduzida, a partir das Ciências Naturais, pela etologia, estudo dos animais e da sua acomodação às condições do ambiente, no final do século XIX, através de Friedrich Ratzel”. Na obra "Antropogeografia", este geógrafo desenvolvera uma leitura jurídica sobre a qual firmaria o conceito de território, transferindo a idéia de domínio natural para as Ciências Sociais a partir da concepção de poder ou domínio de uma comunidade sobre determinada superfície terrestre.

Segundo ela, a relação estabelecida entre a noção de território e as políticas e ideologias expansionistas, através da conquista e da anexação, acabaram marginalizando o enfoque territorial por muitas décadas. Atualmente, a dinâmica das relações geopolíticas, econômicas e sociais convida a retomada do discurso conceitual do termo território e sua apropriação.

Segundo Veiga (2006) a idéia de desenvolvimento sustentável, que vem apresentando tamanha importância nos últimos anos, procura vincular estreitamente a temática do crescimento econômico com a do meio ambiente. Isto impõe relacionar o comportamento humano e sua organização no espaço com a questão ecológica. E esse relacionamento recíproco se articula e se expressa por meio de formas concretas de ordenamento territorial.

A evolução e a transformação da sociedade e da economia no processo de desenvolvimento alteraram de várias maneiras o mundo natural, particularmente no século XX, o mesmo que demonstrou que o Estado pode induzir a localização do desenvolvimento, isto é, ordenar o território, organizando com suas mãos visíveis o processo de desenvolvimento como alternativa ao puro e simples comportamento do mercado. Hoje a grande maioria dos países o faz de alguma maneira.

Neste sentido José Eli da Veiga revela que:

Há pelo menos quatro fatores que explicam essa volta do território ao domínio da ação pública: 1. ele está no centro das estratégias que visam a competitividade e a atratividade econômicas; 2. é nele que pode ser reforçada a coesão social; 3. é o melhor instrumento de modernização das políticas públicas, já que impõe abertura e transversalidade; 4. apesar de nele estarem ancoradas as instituições locais, permanece um domínio de ação de instâncias hierárquicas superiores cujos graus de liberdade são cada vez mais condicionados pelo processo de globalização e pela construção de acordos regionais supranacionais. (VEIGA, 2006, p.2).

Neste mesmo contexto A. Favareto (2006) salienta que:

Por outro lado, isto acontece num momento histórico também marcado por um certo realinhamento dos instrumentos tradicionais de promoção do desenvolvimento. A descentralização das políticas e também da atividade industrial, associado à redução e a um certo redirecionamento da intervenção estatal, contribuíram para que, particularmente nos meados dos anos 80 e nos anos 90, se instituisse um padrão onde, em lugar dos investimentos diretos e de corte setorial, caberia ao Estado criar condições e um certo ambiente a partir do qual os agentes privados pudessem, eles mesmos, fazer a alocação, supostamente mais eficiente, dos recursos humanos e materiais. (FAVARETO, 2006, p.1)

Percebe-se, pelo exposto, que a estratégia de desenvolvimento tendo por referência o território deriva, principalmente, da necessidade de se adotarem concepções inovadoras para enfrentar entraves que, apesar dos avanços conseguidos, ainda persistem atingindo fortemente algumas regiões e grupos sociais. Para tanto, aposta-se e investe-se no capital

humano e no empoderamento destas comunidades fragilizadas. Assim o ressurgimento do enfoque territorial se apresenta como um novo paradigma numa nova ordem mundial que acaba, inevitavelmente, promovendo nas Ciências Sociais grandes reformulações que são conduzidas, inclusive, pela eclosão epistemológica no interior das disciplinas.

Nos diversos trabalhos recentes sobre o tema, os autores, de acordo com sua linha de atuação e concepções teórico-metodológicas, enfatizam diferentes fatores do território, sejam o econômico, político e cultural ou o entrelaçamento destes. Salienta-se que a idéia de relação de poder aparece direta ou indiretamente na concepção de quase todos os estudiosos do assunto.

Segundo Bordo (2004), Rogério Haesbaert (2004) analisou o território em uma tríplice abordagem: jurídico-política, econômica e cultural. Enquanto que Marcelo Lopes de Souza (2001), por sua vez, destaca a existência dos múltiplos territórios dentro do território do Estado-Nação enfocando os aspectos culturais dos múltiplos territórios (prostitutas, homossexuais, gangues, mendigos, narcotráfico, dentre outros) que podem apresentar uma existência temporária ou permanente no tempo e no espaço. A abordagem política caracteriza o território para Milton Santos (2003), considerando-o como “o nome político para o espaço de um país”, cujo território passa a ser formado no desenrolar da História, com a apropriação humana de um conjunto natural pré-existente. A fim de explicar as transformações ocorridas no espaço brasileiro, Caio Prado Júnior (1987) recorre à vertente econômica, onde o território é sempre visto como palco dos acontecimentos econômicos e as transformações vivenciadas pela sociedade.

Renovar a concepção de território para uma política de ordenamento exige, conforme Veiga (2006, p. 2), que ele seja entendido como ator de um esforço constante de desenvolvimento, mas de um desenvolvimento no qual a coesão social é simultaneamente uma aposta e uma alavanca.

Esta política de ordenamento territorial vem sendo construída e implementada em diversas regiões do mundo por entidades civis, governos e organismos internacionais. Algumas dessas experiências foram transformadas em programas oficiais, atingindo, em alguns casos, regiões continentais, como é o caso da Iniciativa LEADER, da União Européia. No Brasil algumas iniciativas foram sendo exercitadas desde o final dos anos

1990, culminando em 2003, com a inclusão de um programa específico – Programa de Desenvolvimento de Territórios Rurais, no Plano Pluri-Anual de 2004-2007. A missão de conduzir este programa foi atribuída a SDT/MDA.

2.2 A POLÍTICA TERRITORIAL DO MDA PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL BRASILEIRO¹

“Historicamente, o meio rural foi tratado de forma marginalizada pelas políticas públicas, embora viva nessas áreas um número significativo de brasileiros que têm muito conhecimento para contribuir com o desenvolvimento do País.” Esta afirmação partiu do secretário de Desenvolvimento Territorial do MDA, Humberto Oliveira, durante o seminário “A Articulação entre Cultura e Comunicação para o Fortalecimento do Desenvolvimento Territorial”².

A preteridade que se criou em torno do campo causou maior impacto na agricultura familiar, e nos municípios que a tem como base econômica, fragilizando-a, diante da grande competitividade e dinamismo exigidos com a globalização.

De acordo com a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA, esta agricultura tem papel estruturante e fundamental para o desenvolvimento do país. Cerca de 60% dos alimentos consumidos pela população brasileira e 40% do valor bruto da produção agropecuária são produzidos por agricultores familiares. Ela é responsável por 84% da mandioca, 67% do feijão, 58% dos suínos e dos frangos, 52% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 31% do arroz produzidos no Brasil. Aproximadamente 85% do total de propriedades rurais do país pertencem a grupos familiares e sete em cada dez trabalhadores rurais estão ocupados neste tipo de agricultura.

Durante a segunda gestão do governo Fernando Henrique Cardoso, o MDA, através do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), buscou alternativas às políticas públicas tradicionalmente implantadas que pudessem gerar renda, combater a pobreza e o êxodo rurais. Neste caso, toda a atenção foi voltada para a agricultura familiar

¹ Este tópico toma como base os documentos oficiais divulgados no site do SDT/MDA: www.mda.gov.br constando na referencia bibliográfica.

² <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?ctuid=12738&scid=487>

e o reordenamento agrário. Após inúmeros debates entre as diversas esferas de governo e a sociedade civil construiu-se um Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), tendo suas ações centradas na agricultura familiar e o enfoque territorial foi sua estratégia de execução através de Contratos de Desenvolvimento Territorial (CDT).

O governo Lula deu continuidade a esses esforços e criou um órgão responsável pela sua condução, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) pertencente ao MDA que vem coordenando desde 2003 o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios (PRONAT).

Da mesma forma que vem ocorrendo nos países capitalistas centrais, o desenvolvimento rural deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que setorial (Ray, 1997, von Meyer, 1998): nosso desafio será cada vez menos como integrar o agricultor à indústria e, cada vez mais, como criar as condições para que uma população valorize um certo território num conjunto muito variado de atividades e de mercados.” (ABRAMOVAY, 1999, p 2)

Neste trabalho, Abramovay (1999) afirma não acreditar que o desenvolvimento rural acontecerá espontaneamente como resultado da dinâmica das forças de mercado, para tanto, aponta as questões que considera justificantes para a adoção da política territorial para este universo:

- a) Nas condições de pobreza, a produtividade do trabalho pode ser ampliada com poucos investimentos;
- b) O desenvolvimento rural carece de meios que lhes permitam participar de mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações;
- c) Parcela da agricultura familiar brasileira não consegue afirmar-se economicamente em virtude do ambiente social que a vincula ao mercado, neste caso um oligopsônio, ou seja, os atravessadores.
- d) A agricultura familiar pode atender a demanda por gêneros diferenciados, correspondentes ao que se pode chamar de "mercados de qualidade".

Segundo os documentos oficiais do governo, a política territorial tem por objetivo

(...) contribuir para o desenvolvimento harmônico das regiões onde predominam a agricultura familiar e beneficiários da reforma e do re-ordenamento agrários, buscando apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento ao mesmo

tempo em que promove a integração e a implementação de políticas públicas. (MDA, 2005)³

O conceito oficialmente adotado para território define-o como sendo:

(...) um espaço, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais (ambiente, sociedade, política, economia, cultura e instituições), formada por grupos distintos que se relacionam por meio de processos específicos que se revelam identidades sócio-culturais.” (MDA, 2005)

Na metodologia do MDA, constante nos documentos oficiais, os territórios são determinados a partir da concentração espacial de municípios cuja densidade demográfica não seja superior a 80 habitantes/km², e cuja população seja inferior a 50.000 habitantes. O Programa foi concebido para ser implementado no longo prazo, alcançando todos os espaços “rurais” do Brasil, especialmente, aqueles cujos perfis apresentem características de estagnação econômica, problemas sociais e riscos ambientais, com ponderável presença de agricultores familiares. Inicialmente, fixam-se metas genéricas que são negociadas com os agentes sociais locais, cujo resultado será apreciado pelo respectivo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS).

Segue-se, então, um processo de identificação e aplicação do método de autodiagnóstico para construção de um Plano Territorial de Desenvolvimento Sustentável, durante o qual se estabelecem as bases de um “pacto territorial”, e são desenvolvidos eventos de capacitação, elaboração de projetos, que enfrentem questões econômicas, sociais, ambientais e institucionais. Para tanto, o Programa disponibiliza uma equipe local de profissionais habilitados a animarem e mediarem o processo nas suas diversas modalidades, e especialistas, que diagnosticam as demandas sociais. Depois do Plano, cada território é assistido por até 60 meses, através de entidades contratadas ou conveniadas, com o propósito de consolidar as institucionalidades trabalhadas.

Para melhor compreensão, pode-se dividir tal metodologia em duas partes: uma política e outra técnica. A primeira se ocupa em promover as articulações entre os agentes locais para a construção de institucionalidades de suporte ao desenvolvimento territorial, enquanto a segunda, se ocupa do desenvolvimento territorial propriamente dito através

³ in: <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=540&sccant=>

dos diagnósticos levantados pelos atores locais, construção do plano de desenvolvimento, capacitação dos agentes, elaboração e implementação de projetos, (SEI, 2004).

Fica evidente, então, que a consistência e a pertinência dos projetos estão condicionados à qualidade do autodiagnóstico realizado pelos agentes locais. Por outro lado, o financiamento dos projetos pode ser efetivado sem contrapartida dos beneficiados, isto é, a fundo perdido através da linha de crédito do PRONAF/Infraestrutura (FAVARETO; BRANCHER, 2005).

Ainda segundo os documentos oficiais, a adoção da política territorial para o desenvolvimento rural brasileiro se justifica quando se considera que os menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil são encontrados nos municípios rurais e cerca de 1/3 da população, 80% dos municípios e 90% da superfície nacional estão situados em municípios que dependem, em grande medida, das atividades rurais para gerarem empregos, crescerem economicamente e garantirem seu desenvolvimento.

Além disso, as políticas públicas até aqui desenvolvidas, não foram capazes de generalizar o desenvolvimento, reduzir significativamente a pobreza e banir a fome do Brasil, sendo estes problemas ainda mais acentuados na quase totalidade dos “municípios rurais”. Para enfrentar esta questão, técnicos do MDA sugerem que as políticas públicas promovam o desenvolvimento articulando-se as demandas sociais, que pequenos “municípios rurais”, de economias e sociedades incipientes, aliem-se a outros municípios, em melhores condições de desenvolvimento, e que a coesão e as identidades sociais sejam fortalecidas de forma a gerarem sinergias e maior efetividade nas políticas públicas.

Assim, o território passa a ser a unidade que melhor dimensiona os laços de proximidade entre pessoas, grupos sociais e instituições que podem ser mobilizadas e convertidas em um trunfo crucial para o estabelecimento de iniciativas voltadas para o desenvolvimento através de projetos que gozem de legitimidade social.

Neste sentido, convém destacar que:

A orientação essencial de qualquer política governamental de desenvolvimento regional só pode ser, a de estimular o

surgimento desses territórios-projeto e criar as condições para que eles consigam alavancar recursos humanos e financiamentos (ou mesmo doações), tanto no âmbito nacional como internacional. (VEIGA, 2006, p. 2)

Segundo os documentos oficiais do Programa, o alcance dos objetivos propostos para o desenvolvimento territorial se constitui em Áreas de Resultados voltadas para:

- 1) Fortalecimento das redes sociais de cooperação – concebe os atores locais como co-responsáveis pelo processo de desenvolvimento sócio-econômico do território, justificando investimento no capital humano e no fortalecimento das relações sociais que podem representar um importante aliado à dinamização econômica.
- 2) Fortalecimento da Gestão Social – refere-se à criação de institucionalidades que permitam o exercício da gestão compartilhada de assuntos de interesse público, incluindo, planejamento e articulação de políticas além da gestão de projetos e inclusão social.
- 3) Dinamização Econômica do Território – enfatiza a diversidade da agricultura familiar buscando desenvolvê-la de maneira sustentável considerando as dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais ampliando sua competitividade para geração de emprego e renda.
- 4) Articulação de Políticas públicas – pretende articular as demandas sociais e as ofertas de políticas de modo que maximize seus resultados permitindo a verticalização ascendente e o empoderamento dos agentes locais frente aos formadores de políticas públicas

3 O TERRITÓRIO DO VELHO CHICO

O Rio São Francisco foi por muito tempo considerado o rio da integração nacional, nascendo em Minas Gerais e desembocando entre Alagoas e Sergipe, banha cinco estados brasileiros, recolhe água de 640.000 km², formando uma das mais importantes bacias hidrográficas do Brasil. Neste ambiente habitam 13 milhões de pessoas distribuídas em 464 municípios, dos quais 114 estão em solo baiano com 2.489.944 habitantes.

Para fins analíticos, a bacia do rio é tradicionalmente dividida considerando os desníveis da calha principal, assim: desde a nascente até a Cachoeira de Pirapora, é chamado de Alto São Francisco; da Cachoeira de Pirapora até a barragem de Sobradinho, de Médio São Francisco; da barragem de Sobradinho até a barragem de Xingó, de Sub-Médio São Francisco e, de Xingó ao Atlântico, de Baixo São Francisco.

O elevado número de municípios presentes na sua bacia permite a existência de diversas regiões administrativas e territoriais. Neste sentido, na concepção da política de desenvolvimento territorial, estabeleceu-se um espaço que adotou o carinhoso codinome de Território do Velho Chico, numa combinação de reverência e gratidão, pelos ribeirinhos.

3.1 BREVE HISTÓRICO E DELIMITAÇÃO TERRITORIAL

O Território do Velho Chico compreende a porção geográfica da Bahia situada na região do Médio São Francisco e que se distribui em 53.876,80 km² dividida de sul a norte pelo leito do rio, correspondendo a 9,54% da área total do Estado. Limita-se a oeste com a região Oeste da Bahia, ao norte com o estado do Piauí e com o Baixo Médio São Francisco, a leste com as regiões de Irecê, Chapada Diamantina e Serra Geral e ao sul, faz divisa com o estado de Minas Gerais.

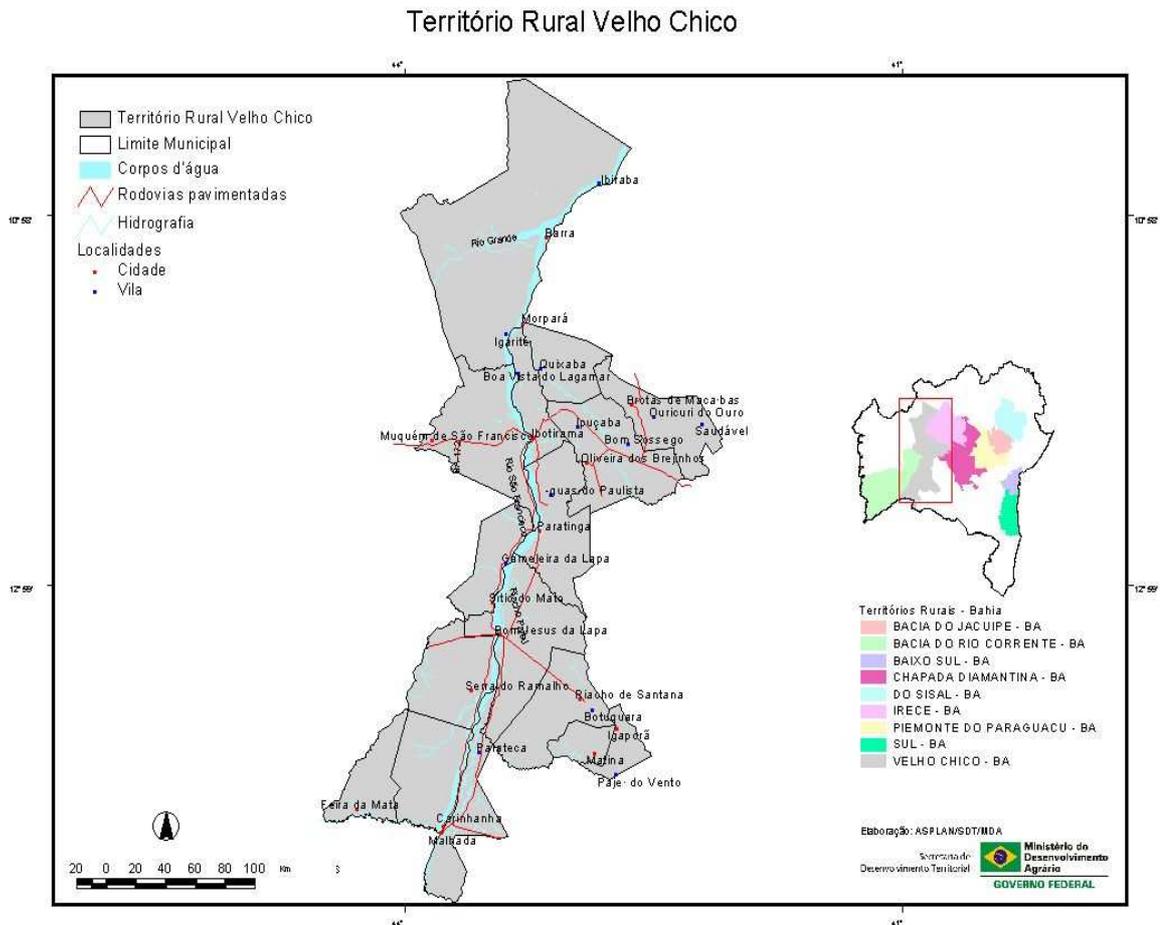


Figura 1 – Território Rural do Velho Chico, 2007

Fonte – www.mda.gov.br

De acordo com o GeografAR/NRI (2006) pôde-se constatar que a região em questão foi ocupada pelos colonizadores desde a segunda metade do século XVI, na época das entradas, inclusive com a participação da igreja católica em várias missões, introduzindo o gado, subjugando os índios e apropriando das terras através dos sistemas de sesmarias. No entanto, o processo de ocupação colonial só se efetivaria meio século depois.

Ainda segundo este estudo, o vale do rio passou por uma aceleração econômica e demográfica com as descobertas de minas no alto São Francisco, retrocedendo-se depois com o esgotamento aurífero e a transferência da capital da colônia de Salvador para o Rio

de Janeiro. Voltando a gozar de prosperidade só na segunda metade do século XIX, com a produção de algodão destinada aos EUA durante a Guerra de Secessão Americana.

O clima semi-árido e a vegetação de caatinga geram a adversidade climática-ambiental ao desenvolvimento da região. Além das grandes enchentes do Rio que, também, provocaram grandes estragos à população ribeirinha.

A região passava assim por oscilações entre progresso e retrocesso. Porém, durante a segunda grande guerra, o rio São Francisco transformou-se em única via de comércio entre a região Nordeste e o Centro Sul do país, uma vez que, a rota marítima estava interrompida e a BR Rio Bahia encontrava-se em construção. Em tais condições, a região mostrava seu valor estratégico e sua importância reconhecida, conforme pode se verificar “na constituição de 1946, no artigo 29 das disposições transitórias que num prazo de 20 anos, 1% do orçamento fosse aplicado em melhorias e no desenvolvimento” (Geografar/NRI, 2006, p. 22), o que tornou possível, dentre outros, a criação da Companhia do Vale do São Francisco em 1948. A intervenção se intensificou com a criação da Sudene e, desde então, a região tem experimentado grandes transformações sociais e econômicas, com novos marcos institucionais e produtivos, mas não conseguiu combater o atraso e a pobreza de parte da população ribeirinha.

A população do território do Velho Chico, no ano de 2000, era de 358.451 habitantes dos quais 41.62% habitavam a área urbana e 58.38%, a zona rural. Em 1991 esta relação era de 65.29% e 34,71% respectivamente, demonstrando aumento da urbanização. Porém a região ainda é eminentemente rural, com densidade demográfica de 8.61hab/km², em 2000, apresentando municípios com os menores PIB da Bahia, Geografar/NRI (2006).

Comparando os dados relativos à economia de base familiar com os da economia de base patronal no território, têm-se os seguintes números: 89,66% dos estabelecimentos comerciais correspondem à primeira; enquanto 10,34%, à segunda. As propriedades patronais ocupam 61,57% das terras enquanto as propriedades familiares detém 36,72%, participando com 52,30% do valor bruto da produção. Quanto à geração de emprego, 88,15% dos trabalhadores estão na economia familiar, contra 7,48% na atividade patronal. Isto revela a assimetria da importância sócio-econômica entre os dois tipos de propriedade privada na região. Neste contexto, o índice de Gini do Velho Chico, com base nos dados

do Censo Agropecuário do IBGE, entre 1920 até 1995/96, revelou um grau de concentração entre “forte e muito forte” para, aproximadamente, 63% dos seus municípios, GeografAR/NRI (2006).

Dentre os principais cultivos, no Velho Chico, destacam-se os temporários com área de 108.919 hectares colhidos em 2004 com um valor da produção de aproximadamente 110 milhões de reais, enquanto que a produção permanente ocupou 4.922 hectares com valor da produção de aproximadamente 32 milhões de reais. O Território responde por 6,9% do rebanho estadual de bovinos, 2,7% do rebanho ovino e 2,3% do rebanho caprino, gerando em torno de R\$ 280 milhões, o que corresponde a aproximadamente 37% do PIB regional (SEI, 2006).

O Território do Velho Chico apresenta-se como uma região ainda pouco desenvolvida e pouco povoada, embora represente aproximadamente 10% do território e cerca de 4% da população baiana.

Dentre a diversidade de formas de acesso à terra presentes no Território do Velho Chico como: indígenas, quilombolas, acampamentos e assentamentos de reforma agrária, projetos de crédito fundiário, tem-se as comunidade de fundo de pasto. Verifica-se um quantitativo de duas comunidades em Brotas de Macaúbas e 13 em Oliveira dos Brejinhos.

Furtado (1977) relata que no longo período compreendido entre o último quartel do século XVII ao começo do século XX, a economia nordestina sofreu um atrofiamiento que constituiu o processo de formação do que viria a ser o sistema econômico da região, cujas características ainda refletem atualmente num quadro agrário, onde predomina a pecuária extensiva em campo aberto, associada a uma agricultura dita de “subsistência”, onde configura um conjunto complexo e heterogêneo de relações de produção decorrentes das formas de apropriação da terra.

Um exemplo típico é a presença de fazendas descapitalizadas, geralmente originárias de antigos imóveis que, devido ao intenso processo de subdivisão por herança e em decorrência da multiplicação das famílias, apresentam um sério problema de pressão demográfica sobre a propriedade. Assim, as relações de produção aparecem, também,

com uma certa complexidade, cujas relações trabalhistas se estabelecem fortemente em base familiar, tendo o pastoreio comunitário de caprinos e ovinos como uma prática amplamente difundida e necessária à sobrevivência destas pessoas. Este arranjo organizacional comunitário ficou conhecido em diversos municípios do estado da Bahia como fundo de pasto, (SEBRAE, 2003).

Salienta-se que a terra não constitui uma propriedade comum tal como entendido no direito de propriedade em que há um titular que detém o direito de venda sobre o objeto. Embora não haja a titularidade formal da terra em algumas áreas, cada família sabe que parte lhe pertence como direito adquirido de uma herança ou de uma transação contida nos códigos internos da comunidade. O que é comum é o direito de uso das propriedades, uma vez que estas são contínuas, sem divisas físicas. Ainda que os proprietários conheçam os limites de sua área, todo e qualquer criador tem direito de uso sobre a área comum.

Essas institucionalidades acabam impedindo a venda das terras aos estranhos à comunidade, como também desestimulando a aquisição daquelas por estes. Não obstante a consistência destes códigos internos, muitos fundos de pastos sucumbiram devido à perda de suas terras que foram apropriadas por grileiros cujos interesses eram meramente especulativos. A ausência de titularidade e uma visão conservadora do poder público a serviço dos mais fortes favoreceram tal situação. Um exemplo deste fato foi a aplicação da Lei dos Quatro Fios ou do Pé Alto.

A Lei dos Quatro Fios, recorrente ao Código Civil de 1916, artigo 588, foi utilizada pela câmara de vereadores de diversos municípios do Semi-árido Baiano estabelecendo que as propriedades deveriam ser cercadas com quatro fios de arame com o objetivo de impedir o livre trânsito dos animais, uma vez que, estes exorbitavam dos limites comunais adentrando em terras alheias. Acontece que quatro fios não são suficientes para aprisionar caprinos e ovinos causando, inevitavelmente, invasões em propriedades patronais. Como resultado aconteceram perseguições, maus tratos e matança dos pequenos ruminantes por aqueles que se sentiam lesados em seus patrimônios. Diante disso, muitas comunidades desapareceram e outras se organizaram para lutar por seus direitos.

Em 1983, um convênio entre o extinto instituto de Terras da Bahia (INTERBA),

Companhia de Desenvolvimento e Ação Social Regional (CAR), Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) permitiu ao governo do Estado da Bahia implementar o Projeto de Regularização dos Fundos de Pastos amenizando os conflitos.

Tal pacificação possibilitou que as associações de fundo de pasto se organizassem em Uniões e Comitês municipais e/ou regionais criando cooperativas, o que lhes confere maior peso político e poder de reivindicação junto aos órgãos públicos para o desenvolvimento e a defesa dos sistemas de fundo de pasto. Estas comunidades vem se articulando para apoiar as políticas baseadas na viabilidade do semi-árido buscando, ainda, o aumento da eficiência operacional do sistema produtivo através da integração da cadeia produtiva, agregação de valor aos seus produtos e acesso ao mercado consumidor.

Segundo relato de ovino-caprinocultores das comunidades de fundo de pastos de Oliveira dos Brejinhos, esta aspiração é bem antiga, ela já estava presente ao longo da resistência camponesa e ganhava espaço para discussão à medida que os agricultores ficavam desestimulados com a criação, tendo diminuído ou até abandonado a caprinocultura.

Sabourin et al (1999) considera que o uso e a redistribuição das terras nos sistemas de Fundo de Pastos seja um laboratório de reforma agrária descentralizada e sustentável, assim como de preservação da caatinga. Para os pesquisadores do Projeto Geografar, tal sistema compatibiliza o convívio com o semi-árido embora seja imprescindível a assistência técnica qualificada para aperfeiçoá-lo a fim de garantir a sua sustentabilidade.

De modo geral, consideram-se escassas as pesquisas e ações públicas direcionadas à estruturação e racionalização da produção dos sistemas de fundo de pasto que busquem desenvolvê-los economicamente diante das adversidades naturais do semi-árido e da necessidade de preservar seu patrimônio cultural.

Porém, coesão social, territorialidade e organização estratégica talvez sejam seus principais ativos e estes são relevantes para o desenvolvimento sustentável no âmbito da política territorial.

Neste sentido, a articulação entre Ongs, entidades de apoio e a organização das

comunidades possibilitaram a sobrevivência de um sonho coletivo em que o bode teria sua importância social, histórica e econômica reconhecida através de um projeto que busque dar sustentabilidade a este modo de vida tão particular, o que culminou no Projeto Bode.

4 PROJETO BODE – UMA ESTRATÉGIA DE RESISTÊNCIA DOS FUNDOS DE PASTOS

Segundo o Sebrae (2005), do rebanho caprino e ovino da Bahia, respectivamente, 61% e 41% estão localizados em 25 municípios nos quais há forte presença de comunidades recorrendo ao sistema de “Fundo ou Fecho de Pasto” .

Segundo Sabourin,

Os sistemas de “Fundo de Pasto”, mais ainda do que outros da agricultura familiar nordestina, são considerados improdutivos e quando não se tem o documento das terras, dificilmente têm acesso à alguma linha de crédito, à assistência técnica, a incentivos à melhoria da produção, à agregação de valor e à comercialização de seus produtos. (SABOURIN et al., apud. SEBRAE, 2003. P. 76).

Tão importante quanto a posse da terra, o bode tem sido o elo entre a terra e a vida nestas comunidades. Segundo depoimento de Demerval de Oliveira da Fundação para o Desenvolvimento do São Francisco (FUNDIFRAN)⁴, que é o animador do Território do Velho Chico, “na década de 1980, a caprinocultura representava 95% da renda das comunidades do fundo de pasto do território do Velho Chico”, participação que não mudou muito nos dias de hoje, a não ser a perspectiva que se criou em torno do projeto comunitário.

A proposta inicial do projeto, existente desde a década de 1980, “era a de juntar a força de todos pra comercializar melhor o bode e garantir o direito à terra”, informa José da Anunciação, presidente da Central de Fundos de Pastos de Oliveira dos Brejinhos.

Esta cooperação mercantil em torno do bode, buscava melhor convivência com a estiagem, redução da mortalidade, melhores preços de venda, e sustentabilidade dos fundos de pastos ameaçados pela questão agrária. Tudo isso se passava em um contexto desfavorável para a comunidade e para a caprinocultura, enquanto atividade mercantil, uma vez que os derivados dos pequenos ruminantes não tinham valor comercial e seus

² A FUNDIFRAN é uma entidade ligada á igreja católica que atua na região do Médio São Francisco desde 1971.

criadores eram discriminados.

A proposta não foi adiante em termos práticos permanecendo-se viva enquanto ideal para as comunidades, que se associaram, buscaram a legalização dos fundos de pastos, se institucionalizaram e buscam agora articular suas demandas sociais com as ofertas de políticas públicas.

Neste sentido, a batalha é travada em outros campos, com outras estratégias e outros protagonistas. E assim a velha proposta recupera o fôlego procurando inserir-se na política territorial para o desenvolvimento rural brasileiro sob os auspícios da MDA/SDT.

4.1 DA RESISTÊNCIA AO EMPREENDIMENTO: A INSERÇÃO DO PROJETO BODE NA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Com o advento da política territorial e as condições pré-existentes das organizações de fundos de pasto, o Projeto Bode reveste-se noutra realidade em que as adversidades do passado (a luta pelo acesso à terra) aliam-se em estratégias de política pública para o desenvolvimento rural.

No planejamento - momento privilegiado de tomada de decisões estratégicas que definem, a partir das capacidades e dos recursos mobilizados, quais são as prioridades de intervenção no território – do Território do Velho Chico, a ovinocaprinocultura assumiu papel prioritário. Isto é, o Projeto Bode, de caráter produtivo e inovador, que se encaixa na dimensão de dinamização econômica da política territorial, reflete a expectativa de futuro desejado nos diagnósticos das comunidades.

Apesar das muitas dificuldades estabelecidas por aqueles que sempre combateram as comunidades de fundo de pasto do território, o Projeto já se encontra em execução. Para tanto percorreu todos os trâmites exigidos pelo programa da política territorial. Primeiro, foi defendido pelas comunidades, depois foi apresentado e aprovado pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial em 2003, e em seguida aprovado pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) e pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT/MDA).

Segundo informações disponíveis na página da FUNDIFRAN⁵ (no site), em 2004, o Governo Federal liberou R\$ 377.000,00 para a Prefeitura Municipal de Oliveira dos Brejinhos, para iniciar a construção do frigorífico. “A inadimplência da prefeitura e a indisposição do gestor público”, segundo o Dermeval Oliveira, não tornaram a execução possível.

O projeto foi encaminhado, então, para a Secretaria Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (SECOMP) que, também não executou a obra, mesmo depois de várias articulações levadas a cabo pelas comunidades interessadas, projeto técnico estruturado e recurso já disponibilizado pelo governo federal.

Há de se considerar que a política territorial tenta romper atavismos políticos quando busca articular demandas sociais com oferta de políticas públicas. A este respeito Favareto (2006) considera que tal inovação está se dando por adição, isto é, um remendo de pano novo em roupa velha, como se diz no sertão. Neste caso, velhos hábitos poderiam inviabilizar novas institucionalidades e iniciativas.

Devido a tais dificuldades, a FUNDIFRAN negociou com a Companhia para o Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e a SDT, a vinda de Humberto Oliveira, Secretário da SDT/MDA, em Bom Jesus da Lapa, para firmar acordo com Jonas Paulo, Superintendente da CODEVASF, oportunidade em que foi liberado um valor de R\$ 670.000,00 pela SDT a fim de iniciar a construção do frigorífico de caprinos, além de uma unidade de esmagamento de oleaginosas para o biodiesel e da estruturação de tanques-rede. A CODEVASF passou então a ser a executora do projeto assumindo R\$200.000,00, em contrapartida ao frigorífico.

Projeto desta natureza, segundo o MDA tem um enfoque estratégico, ou seja, dentro daquilo que é muito importante, mas não necessariamente urgente, num horizonte temporal de longo prazo, que tenha como objetivo a melhoria dos indicadores sociais, produtivo e ambiental, além da maior disponibilidade de uma rede de infra-estrutura adequada ao atendimento das demandas da sociedade civil de forma sustentável.

⁵ <http://www.fundifran.org.br/noticias/arq.htm>

Na metodologia do MDA, a planificação centrada no estratégico orienta-se no sentido que se possa contrapor a tendência de privilegiar os problemas e as carências imediatas para se concentrar em aspectos que possam determinar a sustentabilidade do desenvolvimento.

Não obstante a prioridade dada ao projeto estratégico, as comunidades do Território do Velho Chico e os técnicos envolvidos nos diagnósticos das demandas, valorizaram a importância da formulação de ações de médio e de curto prazos, capazes de criar soluções para resolver os passivos sociais, produtivos e ambientais mais urgentes e que garantam, inclusive, a sustentabilidade das ações que envolvem o prazo de maturação mais longo. Neste sentido foram defendidos: a realização de cursos de capacitação dos caprinocultores, a introdução de novas raças com maior potencial genético e o manejo sustentável da caatinga.

O ponto de sustentação do Projeto Bode, portanto, é a instalação do frigorífico para abate de cabras e ovelhas, no povoado de Queimadas, à altura do km 39 da BR 242, na cidade de Oliveira dos Brejinhos, onde se encontra boa concentração do rebanho. Ele será dotado de todos os recursos tecnológicos e sanitários exigidos pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF), o que lhe permite planejar vôos mais distantes. Trabalha-se com a perspectiva de abater 100 animais/dia, cuja produção destinar-se-á aos mercados regionais locais e da região metropolitana de Salvador.

O seu desafio é a formulação de estratégias que permitam reduzir os entraves sociais, estruturais e competitivos da caprinocultura local, particularmente nas comunidades de fundo de pasto, identificando as principais variáveis a serem trabalhadas na dinamização econômica local desta atividade.

A sua instalação busca integrar a cadeia produtiva e atender as dimensões do desenvolvimento territorial sustentável, que serão materializadas em resultados como: eficiência econômica da agricultura familiar, redução da pobreza, ampliação do cooperativismo, aperfeiçoamento das relações político-institucionais e a conservação do meio ambiente.

Com vistas à realização destes objetivos vem sendo traçado um cronograma de execução das metas, embora já se tenha definido quais ações serão necessárias para alcançá-los. Uma das dificuldades neste particular refere-se à limitação do capital social no território, capaz de dar suporte técnico ao projeto, considerando que, segundo a metodologia do MDA/SDT, esta questão é de responsabilidade dos agentes locais.

Tal como tem acontecido com as metas, as definições negociadas das responsabilidades em relação às ações a serem desenvolvidas, das atribuições dos atores locais e da coordenação de esforços institucionais para execução do projeto ainda estão sendo definidas.

O empreendimento está sendo custeado pela linha de financiamento de infra-estrutura do PRONAF, a título de fundo perdido, devido à baixa capitalização dos beneficiados, conforme orienta a metodologia do MDA.

4.2 ESTRUTURA DO MERCADO BAIANO PARA A OVINOCAPRINCOULTURA

Entretanto, há que se considerar a estrutura do mercado baiano que, segundo o Estudo da Cadeia Produtiva da Caprino-ovinocultura no estado da Bahia, realizado pelo Sebrae em parceria com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 2003, por ocasião da instalação do Projeto Cabra Forte no Estado, este mercado além de estar em expansão, vem passando por um processo de mudança de hábitos dos consumidores. Isso devido ao fato de que os derivados cápricos tem sido consumidos por uma esfera social que detém melhor poder aquisitivo e, portanto, maiores exigências quanto à qualidade dos mesmos.

O maior consumo *per capita* aparente ocorreu em 1996, 0,771 kg/ano, enquanto que, em 2002, esse consumo foi de 0,677, sendo que, “ (...) o crescimento no período de 1996 a 2000 ocorreu em função das importações, que chegaram a representar 14% da quantidade comercializada no mercado interno” (SEBRAE, 2003, p.36).

De qualquer forma diversifica-se o perfil do consumidor e do produtor inclusive em função das políticas públicas implementadas, não somente no estado da Bahia, como em

quase todo Nordeste, após a constatação da adaptabilidade social, econômica e ambiental da caprino-ovinocultura para o semi-árido.

Tais políticas expressam-se, no caso da cadeia das carnes, na instalação de abatedouros-frigoríficos especializados no abate de caprinos e ovinos. Segundo o SEBRAE-BA, em 2003, a capacidade de abate de caprinos e ovinos em abatedouros-frigoríficos do Nordeste era superior a 4.060 cabeças/dia, sendo que, apenas 46% desta capacidade era utilizada. Em se tratando da Bahia, conforme a mesma fonte, havia uma capacidade de abate instalada superior a 500 cabeças/dia, detendo a maior taxa de utilização do Nordeste.

Ponderando o número de peles brutas recebidas pelos curtumes e o número reconhecido de abates realizados em abatedouros-frigoríficos do Nordeste, estimou-se que, aproximadamente, 97% dos abates, em 2003, eram realizados sem inspeção. Acredita-se que os 3% restantes que passam pelos abatedouros-frigoríficos vem alterando o padrão de comportamento dos agentes inspirando a criação de novos frigoríficos e alterando as relações entre os elos da cadeia produtiva (SEBRAE, 2003, p. 41).

Pode-se assim afirmar que, esse novo ambiente social ao mesmo tempo que provoca a reorganização dos processos produtivos, redefine os perfis dos caprino-ovinocultores.

Convém registrar que um outro estudo desenvolvido pelo Sebrae, relativo a esta pecuária no âmbito nacional, considera que a cadeia produtiva necessita de informações mercadológicas que chamem a atenção dos consumidores para a qualidade das carnes caprina e ovina. Ambas apresentam boa digestibilidade, sendo que a primeira ainda é aquela com menor teor de colesterol entre quase todas as carnes vermelhas, (SEBRAE, 2005).

Quanto aos produtores, estes consideram necessária a realização de novas pesquisas de mercado buscando quantificar o consumo destes produtos para identificar o potencial do mercado nacional e assim estabelecer estratégias realistas para o setor.

4.3 POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Após estas considerações a respeito do mercado ovinocaprino e, conhecendo os critérios metodológicos da política pública para o desenvolvimento territorial rural brasileiro, pode-se apontar algumas questões que favorecem o Projeto Bode e outras que podem limitá-lo.

Entre as diversas condições favoráveis deste mercado ao projeto destacam-se:

I. Demanda em expansão e segmentada

Segundo a teoria econômica, a demanda por um bem ou serviço fomenta a sua oferta, a qual será condicionada pela disposição dos consumidores a comprar os produtos a um determinado preço que os produtores estarão dispostos a ofertar. Os estudos do SEBRAE (2003, 2005) apontam para uma expansão e uma segmentação do mercado consumidor. Trabalhando com tais indícios, pode-se admitir que existem consumidores dos produtos em questão como também vem aumentando o seu número e se diversificando.

Os diversos subprodutos da ovinoaprinocultura de corte permitem ainda atender a outro público, mais tradicional e que valoriza a culinária sertaneja composta dos “miúdos” dos ruminantes em pratos típicos.

Além disso, no caso do Projeto Bode, seus produtos gozam de uma particularidade, muito valorizada pelo segmento de consumidores com compromisso social, a sua dimensão histórica, resultante dos conflitos sociais pelo acesso à terra, conservação da caatinga e dos modos de vida dos fundos de pastos, que pode ser explorada como característica de um produto politicamente correto com o uso da denominação de origem. Isso permitirá, segundo a teoria econômica, uma elevação de preços em função dos atributos de diferenciação.

II. Mercado dinâmico

As transformações por que passa esta pecuária, reveladas nos novos perfis de consumidores, produtores, políticas públicas setoriais, investimentos em marketing e em

pesquisas, além do seu fluxo mercantil crescente dão conta do dinamismo deste mercado. Abramovay (1999) considera que a inserção dos produtos da agricultura familiar nos mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovação seja a base do desenvolvimento rural. O projeto Bode se favorece por participar de um mercado com tais características.

Por outro lado, as variáveis mercadológicas que potencializam este Projeto exigem esforços adicionais cujos desafios podem ser de difícil operacionalidade aos caprinocultores familiares, convertendo-se, portanto, numa restrição ao projeto.

No atual estágio da economia, as fontes de produtividade e, em decorrência, de competitividade e de crescimento passaram a depender fortemente da aplicação da ciência e tecnologia, assim como da qualidade da informação, da gestão e da coordenação nos processos de produção, distribuição, circulação e consumo, (Porter, 1991). Assim sendo, o Projeto Bode tem por restrição a capacitação empresarial dos caprinocultores, que, atuando num sistema comunal de criação tradicional, tem agora o desafio de se adaptar, sem negar suas identidades culturais, às novas regras do jogo da sobrevivência econômica. Incluindo o sistema de governança e contratos, adoção de novas tecnologias, ameaças de concorrentes padronização de processos produtivos e regularidade na oferta de matéria prima (cabras e ovelhas).

Quanto à metodologia do MDA/SDT, o Projeto Bode é favorecido com os seguintes parâmetros:

I. Financiamento

A linha de crédito do PRONAF/Infraestrutura financia, a fundo perdido, os investimentos em projetos produtivos da política territorial do MDA/SDT. Isto faculta ao Projeto em questão adotar uma estratégia comercial baseada na liderança de preços, visto que usufrui de uma vantagem comparativa.

II. Coesão social

A coesão social é uma variável relevante para a política territorial. Ela compõe uma das quatro áreas de resultado estratégico do programa e busca fortalecer, ampliar e reproduzir

as redes sociais de cooperação solidária presentes no território a fim de otimizar a ação coletiva em prol do desenvolvimento sustentável.

No Território do Velho Chico, particularmente nas comunidades de fundo de pasto, a solidariedade é uma constante, sendo a sua forma de organização comunal exemplo eloqüente a favorecer o empreendimento.

III. Territorialidade e legitimidade

O referencial histórico das comunidades de fundo de pasto, nos conflitos pela sobrevivência do seu modo particular de organização social, é um elemento aglutinador das identidades dos agentes locais. Na proposta da política, em questão, a territorialidade é o ponto de partida para o diagnóstico das potencialidades e constrangimentos territoriais elaborado por seus habitantes que se articulam em torno de uma visão de futuro e dos meios para perseguir um desenvolvimento sustentável legitimado por eles. Quanto maior a territorialidade dos agentes, maior a capacidade de identificar suas forças, suas fraquezas e propor soluções legítimas. Neste caso, o Projeto Bode é produto da territorialidade e da legitimidade das comunidades locais.

IV. Articulação entre demanda e oferta de política pública

Esta questão compõe uma das quatro áreas de resultado contidas nos objetivos da política em questão. E foi justamente a capacidade de articulação dos agentes locais que possibilitou a formatação de um velho projeto comunitário, anterior a ela, inserindo-o como demanda na política pública de desenvolvimento territorial. Tal experiência pode credenciar o Projeto Bode a se beneficiar de medidas governamentais pertinentes à ovinocaprinocultura através de novas demandas articuladas às novas ofertas de política pública.

No âmbito desta mesma política, entre as questões que podem restringir o campo de sucesso do projeto podem ser consideradas:

I. Autodiagnóstico e gestão participativa

Segundo Veiga (2003), há muita pretensão na metodologia da política territorial quando esta acredita que comunidades com alto índice de pobreza e baixa qualidade de capital humano sejam capazes de se auto-diagnosticarem. Para ele, a territorialidade por si só não é o bastante para elaborar e perseguir uma visão de futuro adequado ao território.

Neste caso, os agentes do território do Velho Chico, que têm o menor IDH entre todos os territórios da Bahia, teriam parca condição de promover um diagnóstico satisfatório e uma gestão participativa eficiente.

II Ausência de contratualidade

Como foi visto, as instalações do frigorífico que dá sustentação ao Projeto Bode são financiadas através da linha de crédito do PRONAF/Infraestrutura e esta linha não estabelece contrato que obrigue o tomador a pagar o dinheiro adquirido, isto é, o crédito é uma doação. Favareto (2005) considera que tal procedimento pode induzir a uma menor eficiência da gestão dos projetos, pois não existe risco por parte do tomador caso o empreendimento não dê certo, a não ser a perda da oportunidade de superar a adversidade sócio-econômica pretendida. Isto pode gerar menor envolvimento do que se os riscos operacionais fossem internalizados pelos beneficiados. Deste modo, a ausência de contratualidade pode se converter num fator limitante do Projeto Bode.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O princípio hedonístico presente na teoria econômica orienta que se deve buscar o máximo de benefício para o maior número de pessoas com o mínimo de custos. Para as comunidades dos fundos de pastos no território do Velho Chico tal desafio é consideravelmente grandioso uma vez que estão em jogo oportunidades de amenizar velhos problemas num projeto pioneiro que, segundo a proposta do MDA, deve ser replicado em outras regiões com entraves similares.

Neste contexto, Veiga (2006) argumenta que três pontos têm sido cada vez mais enfatizados, que seriam combinar: concorrência com cooperação; conflito com participação; e conhecimento local e prático com o científico.

Reportando-se a Marx que trata de “a economia é o motor da história”, e a Shumperter “a inovação é o combustível da economia”, pode-se dizer que a história das comunidades de fundo de pastos do território do Velho Chico tem agora um novo momento econômico em torno do qual cria-se a expectativa de um outro momento histórico, em que os conflitos pela posse de terra sejam fortalecidos pela conquista de mercados que garantam a sustentabilidade do Projeto Bode.

As inovações mercadológicas e institucionais que ora chegam aos agentes locais são acompanhadas de uma destruição criadora em cujo seio combatem potencialidades e limitações.

O fato é que há uma grande oportunidade histórica de se amenizar as adversidades sociais e naturais das comunidades de fundo de pasto do Território do Velho Chico através do Projeto Bode e, mais uma vez, a ovinocaprinocultura se revela como um ativo econômico e social. Para Dermeval de Oliveira, da FUNDIFRAN, entidade Proponente do Território do Velho Chico, o futuro do Projeto Bode depende das articulações que os agentes locais sejam capazes de produzir dentro e fora do território. Neste sentido, conclama os centros acadêmicos, em particular, e a sociedade em geral a se engajarem nesta luta.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial *Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária* – v. 29, nº1. São Paulo. 1999. Disponível em:

http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos/1999/Agricultura_familiar.pdf
Acesso em 10 mar. 2007.

BARBOSA, Thomaz Borges Araripe; CERQUEIRA, Patrícia da Silva. Resultados da pesquisa "análise territorial da Bahia rural" e as recentes estratégias para o desenvolvimento sustentável de território rurais. *Revista Desenhahia*, Salvador, v. 2, n. 3, p. 137-156, set. 2005.

BORDO, Adilson Aparecido et al. **As diferentes abordagens do conceito de território.** Disponível em:

http://www.temasemdebate.cnpm.embrapa.br/textos/051018_TERRITORIO_ESPACO_quarta.pdf Acesso em 18 ago. 2006.

FAVARETO, Arilson; BRANCHER, Paulo. **O desenvolvimento territorial no Vale do Ribeira e os projetos do Pronaf-infraestrutura – análise e recomendações.** IICA-SDT/MDA. Relatório de pesquisa. Brasília. 2005. disponível em:

http://serv-sdt-1.mda.gov.br/gnc/gnc/ep/estudos/SP_ValeRibeira.doc Acesso em: 15 fev. 2007.

FAVARETO, Arilson. **A abordagem territorial e as instituições do Desenvolvimento Rural.** São Paulo. 2006. Disponível em:

http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/3/Arilson_Favareto.pdf Acesso em: 23 abr. 2007.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Nacional, 1989, 248 p.

FUNDIFRAN. **Os agricultores familiares dos fundos de pastos serão beneficiados com frigorífico de caprinos.** Disponível em.:

<http://www.fundifran.org.br/noticias/noticia20061703.htm> Acesso em 12 abr. 2007.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO, SEBRAE, EMBRAPA. **Estudo da cadeia produtiva da caprino-ovinocultura no estado da Bahia.** Petrolina/Pe. 2003.

MDA/PORTAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Desenvolvimento Territorial no PPA 2004/2007.** Disponível em:

<http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?ctuid=9901> Acesso em 04 ago. 2007.

_____. **Territórios rurais.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?scid=475>
Acesso em 28 mai. 2007.

_____**Marco referencial para o apoio ao desenvolvimento de territórios rurais.** Brasília, DF: MDA/SDT, 2005b. (Série Documentos Institucionais). Disponível em: http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/SDT_Doc2.pdf Acesso em 25 nov. 2006.

_____**Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável.** MDA/SDT. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/0749311385.pdf> Acesso em: 26 set. 2006.

_____**Institucional.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=540> Acesso em 23 set. 2006.

_____**Desenvolvimento Territorial no PPA 2004/2007.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?ctuid=9901> Acesso em 10 jul. 2006.

_____**Territórios rurais.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?sccid=475> Acesso em 09 ago. 2006.

_____**Notícias.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/index.php?ctuid=12606&sccid=487> Acesso em 05 jun. 2007

_____**Referência para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil.** Brasília. DF: MDA/SDT.2005. (Série documentos Institucionais) Disponível em: http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/SDT_Doc1.pdf Acesso em 11 nov. 2006.

_____**Referência para a gestão social dos territórios rurais.** Brasília, DF: MDA/SDT. 2005.(Série documentos institucionais). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sdt/arquivos/0749311428.pdf> Acesso em 17 out. 2006.

OLIVEIRA FILHO, Waldelio Almeida de. **A política articulada de desenvolvimento territorial rural implementada no Estado da Bahia: uma análise descritiva.** Salvador, 2006. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_73/pag_1_27.pdf Acesso em 23 nov. 2006.

PORTER, Michael E. **Estratégia competitiva: Técnicas para análise de indústrias e de concorrência.** Rio de Janeiro: Campos. 1991. 595 p.

PRONAF. **O que é o PRONAF Infra-estrutura e Serviços?** Disponível em.: http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas.htm. Acesso em 25 mar. 2007.

ROSANOVA, Clauber. **Fatores favoráveis e limitantes ao desenvolvimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura de corte no Brasil.** 2004. 42 f. Trabalho de conclusão de curso (Especialização) - Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2004.

SABOURIN, Eric. et al. **Encontro da agroindústria de pequeno porte do nordeste,** Petrolina. 1997 (Anais)

SAMPAIO, Mônica Machado. **Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos espaços, território e territorialidade.** Rio de Janeiro: UERJ, 1997.

SEBRAE. Série Mercados. **Ovinos e Caprinos. Análise mercadológica – ovinocaprinocultura/UAM/set.2005.** Disponível em:
http://www.sebrae.com.br/br/download/estudo_ovinocaprinocultura_relatoriofinal.pdf
Acesso em 22 jan. 2007.

SEI. Notícias. **Seminário de desenvolvimento territorial.** Disponível em:
http://www.sei.ba.gov.br/novidades/index_novidades.php?152 Acesso em 20 out. 2007.

SILVA, Roberis Ribeiro da, **Projeto gestão de integração da Agroindústria com a produção caprina e ovina.** 1999. 35p. Escola de Administração. Ufba. 2006. Salvador.

SIQUEIRA, Edson R. Potencialidades da ovinocultura de corte. **Tecnologia e Treinamento.** V. 3, n.10, mar./abr. - 1999.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Análise territorial da Bahia rural.** Salvador, 2004. (Série estudos e pesquisas, 71).

TOLEDO, Luis R. Cabras - Escolha Acertada, **Globo Rural,** V. 14, n.160, fev.1999.

UFBA. Instituto Geografar. **Acesso à terra e desenvolvimento territorial no médio são francisco (MSF).** Salvador, 2006. (Relatório de pesquisa)

VEIGA, José Eli. Desenvolvimento Territorial do Brasil: do Entulho Varguista ao Zoneamento Ecológico-econômico: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. Salvador,2001. Disponível em:
http://www.ufcg.edu.br/~cedrus/downloads/educ_campo/desenv_territorial_do_brasil.pdf
Acesso em 25 ago. 2007

VEIGA, José Eli da. Território para um desenvolvimento sustentável. **Ciência e Cultura.** V. 58. 2006. Disponível em:
http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S0009-67252006000100012&script=sci_arttext
Acessado em 08 mar. 2007